

Peru vende Amazônia e ameaça comunidades indígenas da fronteira com o Brasil

Em nome do desenvolvimento, governo peruano cede terras para empresas estrangeiras explorarem recursos naturais, colocando em risco as populações tradicionais do Peru e do Acre

LEANDRO CHAVES (*)

A 5 de junho de 2009, em Bagua, no departamento peruano do Amazonas, dezenas de indígenas foram mortos pela polícia e centenas ficaram feridos e detidos, fruto da repressão oficial às mobilizações contra o Tratado de Livre Comércio com os EUA e um conjunto de decretos legislativos que pretendiam abrir seus territórios coletivos ao investimento privado.

Nesse evento, o descaso com o meio ambiente e com os povos indígenas e as sistemáticas ações de criminalização do movimento organizado novamente marcaram a política neoliberal do governo peruano, que, nos últimos anos, tem se concretizado pelas concessões feitas a empresas multinacionais para a exploração de petróleo, gás natural, minérios, recursos hídricos e madeira.

Um total de 49 milhões de hectares de terras na Amazônia peruana (72% da região) está

hoje entregue, por exemplo, a empresas petroleiras, estatais e privadas, de diferentes nacionalidades - dentre elas, à brasileira Petrobrás. São 65 lotes para a exploração e a produção de petróleo, muitos dos quais sobrepostos a terras indígenas e a unidades de conservação.

Além das políticas promovidas pelo governo, a retirada ilegal de madeira e o tráfico de drogas têm ganhado volume nas regiões fronteiriças do Peru, resultando em invasões de territórios protegidos no Acre, como ocorreu, na última década, na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia - dos Ashaninka - e no Parque Nacional da Serra do Divisor.

Os índios isolados também têm sofrido as consequências das atividades, legais e ilegais, em curso na fronteira internacional. Um povo de isolados - ou parte dele - migrou do Peru para o Brasil, no Acre, há três anos, em fuga dessas atividades. Hoje, situações de conflito acontecem entre os isolados e povos indígenas que habitam os altos rios acreanos, como é o caso dos Huni Kui (mais conhecidos como Kaxinawá) da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, no município de Feijó.

Vítimas do 'desenvolvimento'

Desde 2004, as ONG's Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) e a SOS Amazônia têm coordenado o Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça (GTT) da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil/Peru), coletivo de instituições que têm mapeado e debatido as dinâmicas transfronteiriças nessa região e seus impactos sobre os povos que ali habitam terras indígenas e unidades de conservação.

Em novembro de 2009, para discutir novamente esses temas, organizaram o Encontro "Dinâmicas Transfronteiriças na Região Acre/Brasil - Ucayali/Peru: o papel das Ongs e futuras parcerias binacionais", que, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco, reuniu organizações indígenas e do movimento social do Brasil, Peru e Bolívia.

Durante o evento, conversei com duas lideranças indígenas Ashaninka, do Peru, os irmãos João e Luis Garcia Campos, da Comunidade Nativa Sawawo Hito 40, localizada no alto rio Amônia, na fronteira com o Acre. Nessa conversa, relataram como

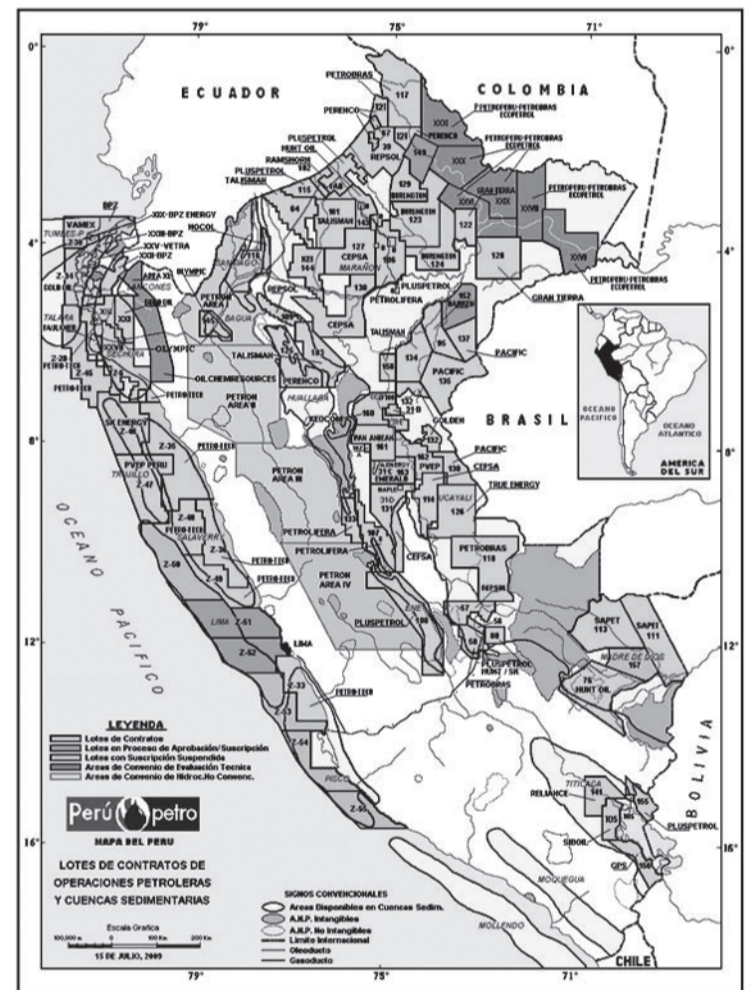
a comunidade se aliou à empresa madeireira Forestal Venao S.R.L. de Pucallpa, em 2002, para tentar superar as dificuldades causadas pelo isolamento e o descaso do governo. Em troca da retirada da madeira, a empresa se comprometeu a prestar serviços de apoio à comunidade, inclusive aqueles de responsabilidade do governo.

Mesmo certificada pela Smartwood-Rainforest Alliance com o selo FSC em 2007, a atividade madeireira, fundamentada em um plano de manejo elaborado pela empresa e aprovado pelo Instituto Nacional de Recursos Naturales (Inrena), resultou na abertura de uma estrada (que se estende até a Nueva Itália, à margem do rio Ucayali) e de uma extensa rede de ramais dentro do território Ashaninka, em grande devastação, na fuga das caças e na obstrução de cursos de água, prejudicando a principal fonte de sobrevivência das famílias Ashaninka: a floresta.

Após o total esgotamento das madeiras nobres, e percebendo os estragos permanentes causados em seu território, os Ashaninka

decidiram não mais trabalhar com a empresa. Hoje, as famílias de Sawawo estão se reerguendo, reflorestando sua terra e buscando apoios para seus projetos. E desejam receber uma indenização da empresa e da certificadora pelos impactos causados sobre seu território e seu modo de vida.

Este é um retrato do que está acontecendo em várias regiões da Amazônia peruana. Assim como a Forestal Venao, outras empresas, dentre elas as estrangeiras, estão explorando recursos naturais e causando sérios prejuízos ao patrimônio natural e cultural das comunidades e às suas formas de organização social e política. Em nome do desenvolvimento sustentável, da integração da Amazônia e do progresso do país, essas atividades contam com o apoio de políticas favorecidas por vários órgãos do Estado peruano. Nos debates oficiais, ressalta-se apenas o lado positivo desses processos para a economia. A mídia, por sua vez, continua a retratar os povos indígenas como atrasados ou como obstáculos ao desenvolvimento.



Concessões e contratos para exploração e produção de petróleo e gás na Amazônia peruana. Fonte: Perupetro (julho/2009)



Operação IBAMA-IMAC de combate às ações de madeireiros peruanos no Parque Nacional da Serra do Divisor. Fonte: IBAMA (2004)

Integração Brasil-Peru

Nos últimos anos, os governos do Brasil e do Peru têm intensificado entendimentos para deslançar processos de integração física e energética. Além da pavimentação da Rodovia Interoceânica, estão hoje em fase de planejamento a construção de uma estrada e de uma ferrovia ligando as cidades de Cruzeiro do Sul, no Acre, e Pucallpa, no Ucayali. Já a parceria energética visa promover a integração de empreendimentos de empresas estatais e privadas nas áreas de petróleo e gás e a construção de usinas hidrelétricas em território peruano para a exportação de energia para o Brasil.

Esses processos de integração têm sido discutidos há anos por organizações do movimento social e associações indígenas e extrativistas do Acre e Peru. Elas têm exigido que os dois governos cumpram as

recomendações da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de forma a garantir o direito das comunidades e organizações de serem consultadas, de forma prévia, consentida, informada e de boa-fé, a respeito das políticas oficiais de desenvolvimento e de "integração regional" que afetem seus territórios e modos de vida.

As organizações têm também reivindicado que os governos de ambos os países implementem políticas fronteiriças comuns, voltadas à conservação do meio ambiente e da biodiversidade, à proteção de terras indígenas e unidades de conservação e à garantia de direitos dos povos indígenas, assegurando plena participação desses povos e dos demais moradores da região de fronteira na definição e execução dessas políticas.

ENTREVISTA**“O governo peruano tem contrato com empresas para explorar recursos nas terras protegidas”, afirma liderança indígena Ashaninka do Peru**

Leandro Chaves – Fale um pouco sobre a empresa Forestal Venao.

Luis Garcia e João Garcia – A Venao é uma grande madeireira peruana. Foi ela que acabou com as madeiras da nossa aldeia. Hoje é uma empresa muito grande e só cresceu às nossas custas, porque quando a conhecemos, não tinha quase nada. Ela saiu da nossa comunidade e não nos deixou nada, nenhum recurso. Hoje ela trabalha com outras terras indígenas no Alto Juruá e está repetindo a mesma destruição que fez na nossa comunidade.

O que aconteceu entre sua comunidade e a madeireira?

Nós estávamos abandonados pelo governo do Peru. Estávamos muito longe de qualquer tipo de comunicação com as instituições peruanas, inclusive as que representam os direitos das comunidades indígenas. Estávamos longe, também, das cidades e ficava difícil fazer compras. Tinha os problemas de saúde, adoecia uma pessoa e não tínhamos como sair. Sabe quanto custa um avião de Pucallpa para a nossa aldeia? 1.800 dólares para pegar um doente lá, trazer e mandar tratar na cidade. A única coisa que nos ajudaria a cobrir essa necessidade era a madeira. Esse foi o único meio que vimos para sair dessa situação. Por isso, fizemos o acordo com a empresa, em 2002. Entramos com a proposta do que a gente queria também. Faltou uma boa administração da parte deles com os mais de 4 milhões de dólares gerados dentro da nossa terra. Em 2007, começamos a perceber que isso não estava certo. Nossa madeira estava acabando e, por isso, terminamos o contrato. Ago-

ra, essa empresa não trabalha mais com a gente e nos deixou sem madeira e sem benefícios. Percebemos um pouco tarde que com a nossa madeira não podíamos mexer. Estamos sofrendo bastante, mas tentando nos reerguer. Apanhamos, mas aprendemos.

Que outros problemas vocês sofreram por causa das ações da empresa?

Todos os anos, antes de a madeireira chegar à comunidade, ela ficava uns seis meses em Pucallpa fazendo manutenção das máquinas. Nesses meses não tínhamos muitos problemas. Mas quando as máquinas começavam a transitar pela terra, dia e noite, não encontrávamos nenhum tipo de caça. Elas corriam. Pesca nunca tivemos problemas.

O que está sendo feito para reverter a situação do desmatamento na sua terra?

Começamos a fazer um plano de manejo e aprendemos a usar nossa madeira. Também estamos reflorestando. Após a saída da empresa, já plantamos mais de 85 mil árvores. Estamos sobrevivendo somente através do nosso recurso, pois continuamos abandonados pelo governo. Vamos buscar outras alternativas e maneiras de trabalhar, como o artesanato e o ecoturismo. Isso sim é uma fonte de renda que não causa problemas. Queremos também uma parceria com as comunidades do lado acreano, que possuem mais experiência, como é o caso da Apiwtxa, onde vivem muitos de nossos parentes.

Vocês possuem alguma organização?

Sim, temos a UCIFP (Unión de Comunidades Indígenas Fron-

terizas del Perú), que abrange as comunidades Sawawo, Dorado, Santa Rosa, Nueva Shawaya e Vitória, das etnias Ashaninka, Jaminawa e Amahuaca. Acontece que essa organização não funciona para a gente. Ela funciona só para as empresas. Na época da Forestal Venao, defendia mais o interesse da empresa do que o nosso. Não reclamo da organização, mas das pessoas que estão à frente dela e só vêem benefícios que não são o dos povos indígenas, que ficam no prejuízo. Quem sabe se trocasse de direção, as coisas não mudariam?

Hoje vocês sofrem algum tipo de pressão por parte de outras empresas?

Sem dúvida. Nossa principal preocupação hoje é com essas companhias petroleiras que estão se aproximando da nossa comunidade. Tem uma que está com as suas bases instaladas a cerca de 80 km da nossa terra. O governo peruano tem contrato com essas empresas para explorar recursos nas terras protegidas, tudo isso sem consultar nós, que somos donos do lugar. Isso já está acontecendo em outras terras dos nossos parentes Ashaninka. Já não bastou a Forestal Venao e agora vêm essas petroleiras? Nossa terra vai se acabar! Sobrevivemos da mata, nossas crianças precisam dela, a nossa alimentação vem daí. Tem que haver um mínimo de respeito. A exploração já chegou à comunidade Paraíso. Eu vi muitas coisas por lá. Mexer com petróleo pode trazer consequências ruins para todo mundo. Se os canos vazarem, por exemplo, podem contaminar todos os rios, inclusive os do Acre, porque os rios correm no rumo do Brasil. Se já sofremos com a retirada da madeira, agora é que vem o pior.



João Garcia Campos, liderança Ashaninka da Comunidad Nativa Sawawo Hito 40, no alto rio Amônia, no Peru

A imprensa peruana tem dado alguma visibilidade à causa de vocês?

Estive um tempo em Lima e tentei informar sobre isso. Tive até a oportunidade de chegar à televisão para levar informações sobre esse problema. Os empresários, que têm dinheiro e controlam os meios de comunicação, cortaram tudo. Acabaram com a informação. Falaram: “Vocês vão acreditar nesse índio? Ele está sendo pago para fazer essa denúncia”.

Qual sua opinião em relação ao mandato do atual governo do Peru?

Ele está deixando as comunidades indígenas da fronteira abandonadas e dando mais valor aos empresários, petroleiros e mineradores. Gente que já têm dinheiro o bastante. Está deixando de lado o nosso direito enquanto povos indígenas, que vivemos da floresta, e dando parte dela para pessoas que já têm como sobreviver. São empresas grandes. O governo está vendendo a Amazônia e nos tratando como animais. Tudo isso por causa de interesses econômicos. Nos sentimos vendidos, nossa opinião é essa. Gostaríamos de falar para todos o que está acontecendo para ver se gera alguma cobrança. O Peru precisa

saber do sofrimento que estamos passando por culpa dele mesmo. Muita gente nem sabe que existimos, mas estamos aí. Agora, graças a Deus tivemos essa oportunidade de estar aqui com vocês, em Rio Branco, discutindo esses problemas e compartilhando ideias. Por que não agir como o governo brasileiro, que mostra preocupação com as suas florestas? É isso que queremos.

E a partir daqui? O que esperar para o futuro?

Nós temos que pensar somente em ir em frente e buscar os nossos direitos. Em relação à madeira, nossa situação melhorou com a saída da empresa e o começo do reflorestamento. Agora é só ver como vamos trabalhar. Ainda queremos indenização da Forestal Venao. Aprendemos com o que aconteceu e estamos retomando. Vamos reclamar ao governo peruano, pois as coisas não estão claras e não foram cumpridas como estavam no contrato. Nossa comunidade ainda está abandonada pelas autoridades. Tem o IBC [Instituto Bien Común] lutando pelos direitos indígenas, mas no geral não há o mesmo tipo de organização que existe no Brasil. Só sei que várias pessoas querem viver às custas das comunidades indígenas e no final não nos deixam nada. É necessário mudar essas ideias para que possamos ter melhores expectativas para o futuro. Pobres nós não somos porque temos toda a natureza.



Máquinas da Forestal Venao na estrada aberta no território Ashaninka de Sawawo para escoar madeira para Pucallpa, capital do Ucayali

** Leandro Chaves é jornalista e trabalha no Setor de Comunicação da Comissão Pró-Índio do Acre.*